

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 11/2026 de 27 de janeiro

Sumário: Autoriza a Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar a realizar contratação pública para fornecimentos dos géneros alimentícios básicos e complementar, bem como outros bens e serviços destinados ao funcionamento das cantinas escolares.

Cabe a Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE) garantir, nos termos legais, os géneros alimentícios básicos, equipamentos administrativos, outros bens e outros serviços para o funcionamento de cantinas de todos os estabelecimentos de ensino público, designadamente Jardins de Infância, escolas do Ensino Básico Obrigatório e Secundárias, em todo o território nacional.

As aquisições são feitas, anualmente, nos termos da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril. A verba para suportar os encargos resultantes dessas aquisições, está inscrita no Orçamento de 2026 da FICASE – Projeto Cantinas Escolares (Tesouro) no montante de 115.431.434\$00 (cento e quinze milhões quatrocentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro escudos).

Assim,

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, a aplicar por força do disposto no n.º 2 do artigo 3º da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Autorização

1 - É autorizada a Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE) a realizar Contratação Pública para fornecimentos dos géneros alimentícios básicos e complementares, equipamentos administrativos, outros bens e outros serviços destinados ao funcionamento das cantinas escolares no valor global de 115.431.434\$00 (cento e quinze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro escudos), durante o ano letivo 2025/2026 e primeiro trimestre do ano letivo 2026/2027.

2 - É, ainda, autorizado o Presidente do Conselho Diretivo da FICASE a proceder à adjudicação da Contratação Pública, assinatura de contratos com adjudicatários e pagamentos de despesas, todos inerentes ao processo de contratação pública para fornecimentos de géneros alimentícios, equipamentos administrativos, outros bens e outros serviços destinados ao funcionamento das cantinas escolares no ano letivo 2025/2026 e primeiro trimestre 2026/2027, conforme estipulado



no número anterior.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 22 de janeiro de 2026. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.